

1 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BERNARDO DO**
2 **CAMPO**

3
4
5 **ATA CMDCA 737ª RO**

6 Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se de modo presencial a reunião
7 ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Estiveram presentes os
8 seguintes **Conselheiros Titulares:** Jonathas de Almeida Chedid, Simone de Souza Silva, Sílvia de Araújo
9 Donnini, Elen Cristina Roque de Aguiar, Neide dos Santos Brentegani, Cibele Alves Cardoso, Samara Dinis
10 da Silva Modesto, Abgair Maria de Lima Oliveira, Anderson Lopes Menezes, Ana Paula Mota Borges, Jean
11 Carlos Fernandes Valadares, Ingrid Ribeiro e Matheus Basilone Pereira Teixeira Ferreira; **como**
12 **conselheiros suplentes:** Fábio Vinicius Alves Cardeal, Tatiana Mariana Chaves de Freitas, Francisco
13 Pizzo, Miriam Solange Vieira, Érica Alessandra de Santana Colasso, Vera Lúcia de Oliveira e Maria Rita
14 Novaes Alencar; **como convidados/observadores:** Edilene Gomes Pereira (Instituto Geração Futura);
15 Carina Dalcino da Silva, Fabiola Fátima Andrade Frimaio e Maria Cristina M. A. Peixoto (Instituto Casa
16 Santa Clara); Antonio Ramos dos Santos (Mundo Verde Proteção Ambiental); Patrícia Cristina Barbosa e
17 Nelita R da Silva (municípes); Clara Couto da Silva (Centro Maximiliano Kolbe); Eufrazina Mesquita dos
18 Santos (Fraterno); Márcia Abrambres Rodrigues (ASPAS/Creche Betel); Rosângela Babinska (Secretaria de
19 Educação); Gracielle Jaconi (Instituto Maria José); Lourdes de Carvalho Veronesi (Conselho Tutelar) e
20 Eduardo Rocha (SEHAB) . **1) Abertura:** A reunião foi instalada às 09 horas e 15 minutos, pela Sra. Abgair
21 Maria de Lima Oliveira, coordenadora deste Conselho, a qual agradece a presença de todos. **2)**
22 **Justificativas de ausências de conselheiros (as):** São apresentadas as justificativas de ausência de
23 conselheiros, a saber: Geraldo Reple, Pery Rodrigues, João Abukater, Frida Baby e Júlia Benício e Vanessa
24 Pacheco (compromisso profissional); Maria de Fátima e Everton (férias), Ercule (compromisso particular) e
25 Natália (licença médica). Não havendo objeções, o pleno aceita as justificativas apresentadas. **3) Informes:**
26 **3a) Reunião presencial da Mesa Coordenadora, Comissão do Plano de Ação e Consultoria Tecendo**
27 **Social:** A Sra. Abgair informa que será realizada hoje às 15 horas, a reunião com a Consultoria Tecendo
28 Social, a Mesa Coordenadora e a Comissão do Plano de Ação para finalização do Plano de Ação, após a
29 compilação dos dados obtidos nos encontros presenciais com a participação dos conselheiros. **3b) Ofício**
30 **nº 678/2022 do Conselho Tutelar – Encaminha informação sobre falecimento de conselheiro tutelar:**
31 A Sra. Érica informa que foi recebido pela Secretaria do CMDCA o Ofício nº 678/2022 do Conselho Tutelar
32 informando o falecimento do conselheiro tutelar da Área de Abrangência I, o Sr. Carlos Alberto Vieira de
33 Andrade (Nino). Diante desta pesarosa notícia, o CMDCA estará adotando os trâmites de convocação do
34 suplente imediato. **3c) Ofício nº 374/2022 – NF nº 38.0167.001712/2022-9 do Ministério Público:** A Sra.
35 Érica informa que o Ministério Público encaminhou o Ofício nº 374/2022 – NF nº 38.0167.001712/2022-9,
36 pelo qual solicita informações a respeito da utilização de recursos do FUMCAD – Edital COVID. Para
37 atender a solicitação da Promotoria de Justiça, a Mesa Coordenadora em sua reunião definiu o
38 encaminhamento de ofício ao GSAS solicitando informações após a aprovação dos projetos neste
39 Conselho, para subsidiar a resposta ao Ministério Público. **3d) Ofício nº342/2022 do Conselho Tutelar:** A
40 Sra. Érica informa que o conselho Tutelar encaminhou ofício, solicitando dilação de prazo para entrega do
41 Regimento Interno requisitado pela gestão anterior do CMDCA. Considerando que essa solicitação foi
42 realizada a mais de 60 (sessenta) dias e na ocasião foram sinalizadas as adequações necessárias, a Mesa
43 Coordenadora entende a dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias é inviável, uma vez que há previsão legal

44 de apresentação deste documento após a posse da gestão do CMDCA, o que não ocorreu até o momento.

45 **4) Deliberações da Mesa Coordenadora: 4a) Comissão de Registro e Técnica: I – Instituto Casa Santa**

46 **Clara:** O Instituto Casa Santa Clara localizado na Vila Euclides, deu entrada no pedido de registro em 2020,

47 sendo a documentação analisada pela Comissão de Registro anterior, a qual também realizou visita à

48 Instituição, concedendo certificação provisória tendo em vista que o trabalho desenvolvido estava em

49 consonância com a Resolução CMDCA nº 391/2019, na modalidade de apoio socioeducativo em meio

50 aberto, porém o espaço físico necessitava de adequações. Em visita realizada em 23/11, esta Comissão de

51 Registro observou que as adequações foram realizadas, sendo que no momento da visita, as atividades

52 com as crianças estavam em andamento, bem como foram aplicadas de acordo com plano de trabalho

53 apresentado pela organização e em consonância com o artigo 2º da Resolução CMDCA nº 391/2019.

54 Diante do exposto, a Comissão de Registro e Técnica é favorável ao deferimento do registro pelo prazo

55 regulamentar de 02 (dois) anos para o Instituto Casa Santa Clara e inscrição do Serviço de Apoio

56 socioeducativo desenvolvido pela organização por igual período. Em deliberação, o parecer da comissão é

57 aprovado com a seguinte votação: Tatiana, Francisco, Simone, Érica, Samara, Elen, Neide, Abgair,

58 Anderson, Cibele, Ana Paula, Jean Carlos, Matheus e Ingrid. **4b) Definição de coordenação e**

59 **cronograma de atividades das Comissões de Trabalho e 2023:** A Sra. Coordenadora solicita, em

60 atenção ao disposto no Regimento interno deste Conselho, que cada Comissão de Trabalho defina entre

61 seus membros um coordenador (a), para apresentação na próxima plenária deste Conselho. Em

62 complemento, solicita ainda que cada comissão, apresente seu cronograma de atividades para 2023. **4c)**

63 **Apresentação Programa Prefeito Amigo da Criança – Dados do OCA:** A Sra. Abgair informa que neste

64 momento, será realizada pela Sra. Rosângela Babinska, articuladora municipal do Programa Prefeito Amigo

65 da Criança e secretária-adjunta de Educação, a apresentação do Programa Prefeito Amigo da Criança-

66 Dados do OCA (Orçamento Criança), que inicia agradecendo a oportunidade, já esteve presente em outra

67 ocasião apresentando ao pleno do CMDCA o Programa Prefeito Amigo da Criança, a apresentação de hoje

68 será específica do Orçamento Criança (OCA) referente ao Exercício 2021 que está sendo lançado na

69 plataforma em breve. Em linhas gerais o Programa Prefeito Amigo da Criança valoriza, incentiva, monitora e

70 acompanha todas as ações voltadas à criança e adolescente no Município sendo organizado pela Fundação

71 ABRINQ. Esse programa é específico para auxiliar os municípios nas políticas públicas voltadas a este

72 público, não se tratando de uma questão de mérito ou treino, na verdade eles vão acompanhando o

73 período, no caso de 2021 a 2024, por meio de informações lançadas em plataforma para coleta de dados

74 relevantes e bastante técnica, demandando a participação de uma equipe para acompanhamento e

75 lançamento destas informações. O programa trabalha nos Eixos de Políticas Sociais sempre na área da

76 Infância e Adolescência nos sub-eixos promoção de vida saudável, educação de qualidade e a proteção em

77 situações de riscos. Também é focado na gestão pública, então temos uma meta importante da construção

78 de Plano de Municipal para a Infância e Adolescência, um orçamento voltado para as questões da infância e

79 adolescência que será melhor detalhado a seguir pelo Sr. Cristiano da Secretaria de Finanças e a Sra.

80 Patrícia Barbosa da Secretaria de Educação; bem como o Fortalecimento dos Conselhos existentes no

81 município, ofertando ações de formação continuada para os conselheiros. A Sra. Rosângela faz uma breve

82 apresentação da Comissão constituída para monitoramento e acompanhamento do Programa Premio

83 Prefeito Amigo da Criança, do qual este Conselho tem representação por meio das conselheiras Simone de

84 Souza e Ana Paula Borges. Apresenta algumas ações já realizadas durante esse ano, pontuando que a

85 Fundação Abrinq é bem comprometida com a oferta de encontros temáticos e com a promoção de formação

86 para que os membros da comissão, em especial o coordenador geral, o articulador e o coordenador de
87 informações sejam repertoriados de como trabalhar com o plano, destacando algumas datas como o
88 encontro com os Prefeitos que foi realizado no dia 21/06, e em especial nos dias 13 e 27/09 sobre a
89 construção do PMIA. A partir da Comissão de Avaliação e Monitoramento, foi criado um núcleo coordenador
90 que faz todo um trabalho para cumprir as exigências da Fundação Criança. Os GTs se mesclam entre os
91 membros das Secretarias. Para a construção do PMIA a Fundação ABRINQ faz um indicativo de escuta de
92 crianças e adolescentes do Município como parte importante na construção do documento. No caso do
93 CMDCA há dois movimentos, sendo o primeiro a solicitação feita pela Comissão do Programa com a
94 Comissão Organizadora da Conferência solicitando que, o relatório final das Conferências Lúdica e
95 Municipal com os indicativos levantados seja encaminhado oficialmente para a Coordenadora Geral do
96 Programa Prefeito Amigo da Criança, a Sra. Silvia de Araújo Donnini para que possamos ter subsídios para
97 construção do plano. Já no âmbito do Programa Prefeito Amigo da Criança nós preparamos um instrumento
98 de escuta, que identificamos como “lugar de fala das crianças e adolescentes” para coleta de informações,
99 disparado para as escolas estaduais e municipais. Esse trabalho ainda está em momento de coleta com
100 prazo de finalização nessa semana, sendo que em momento oportuno será apresentado ao CMDCA. Nos
101 Municípios temos os Conselho Mirins, não existe em todas escolas, ainda está em estágio de
102 implementação, mas funciona como um espaço colegiado com representante das crianças, que opinam
103 sobre as questões das escolas, inclusive sobre às despesas da escola. No caso das escolas estaduais,
104 esse espaço é de participação é realizado por meio dos grêmios estudantis. Ainda não temos esse
105 *feedback*, mas assim que houver a consolidação dos dados obtidos através dos instrumentos de escuta,
106 poderão trazer para ciência do pleno. Todas essas informações visam a construção do Plano Municipal da
107 Infância e Adolescência, A Comissão fará a compilação das ações das Pastas, a escuta das crianças e
108 adolescentes, os dados da conferência municipal, para então transformar em uma minuta de lei, para
109 aprovação da Câmara Municipal, uma exigência da Fundação ABRINQ, obviamente passando por todos os
110 trâmites necessários para essa aprovação. Dando sequência, a Sra. Rosângela pondera que ao longo
111 desse período foram realizados 16 encontros, sendo 13 do núcleo coordenador e 03 da Comissão
112 completa. Após essa explanação, a Sra. Rosângela convida o Sr. Cristiano (representante da Secretaria de
113 Finanças) e a Sra. Patrícia (representante da Secretaria de Educação) para fazer a apresentação do
114 Orçamento Criança (OCA), lembrando que os dados aqui apresentados são referentes a 2021. Iniciando a
115 apresentação, a Sra. Patrícia inicia fazendo uma explicação abordando sobre a apuração do Orçamento
116 Criança (OCA), definido por uma metodologia adotada pela Fundação ABRINQ, que referente a esse tema,
117 é classificada no sistema de acordo com a função e subfunção, que são partes da estrutura do orçamento,
118 as quais definem a qual área pertence a despesa, e a partir disso, adotam uma classificação de “exclusiva”
119 e “não exclusiva”, sendo consideradas “exclusivas” as ações diretamente relacionadas à área da infância e
120 adolescência, e “não exclusivas” aquelas que contemplam de forma indireta. No que consiste a
121 classificação de “não exclusiva”, a plataforma adota um índice de proporcionalidade, baseado no número
122 total de habitantes do Município em relação ao número de crianças e adolescentes, o que no caso de São
123 Bernardo do Campo ficou em 27% (vinte e sete por cento). Passando a palavra ao Sr. Cristiano, este
124 complementa, citando alguns exemplos de funções e subfunções solicitadas pela plataforma e sua
125 classificação, de acordo com essa metodologia da Fundação ABRINQ, tais como: na área da Educação, a
126 função 12 e subfunção 361 – Ensino Fundamental e na área da Assistência Social, a função 8 e subfunção
127 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente, são classificadas como “exclusivas”. Já na área da Saúde, a

128 função 10 e subfunção 301 – Atenção básica é classificada como “não exclusiva”. Na apuração feita, com
129 base nos dados solicitados pela plataforma, incluindo os dados da Fundação Criança, tendo em vista que
130 se trata de dados referente ao Exercício de 2021, o total estimado no orçamento em 2021 e que consta na
131 Lei Orçamentária Anual (LOA) é de R\$ 4.508.579.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e oito milhões e
132 quinhentos e setenta e nove mil reais), com total liquidado de R\$ 3.951.263.000,00 (três bilhões,
133 novecentos e cinquenta e um milhões e duzentos e sessenta e três mil), sendo que esses dados são
134 referentes ao Orçamento geral do Município. Referente ao FUMCAD, é solicitado o saldo financeiro que
135 constava em 01/01/2021 em R\$ 2.835.300,69 (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos reais e
136 sessenta e nove centavos). Da dotação inicial, que é o valor previsto no orçamento referente ao FUMCAD,
137 era de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), com valor liquidado de R\$ 239.509,00 (duzentos e
138 trinta e nove mil e quinhentos e nove reais), algo em torno de 22% (vinte e dois por cento) do valor
139 estimado. Também é solicitado na plataforma a informação do valor arrecadado pelo FUMCAD no período
140 analisado, sendo que de doações pessoa jurídica o valor foi de R\$ 691.619,70 (seiscentos e noventa e um
141 mil e seiscentos e dezenove reais e setenta centavos). Como na plataforma não é possível diferenciar o que
142 foram depósitos judiciais, de doações pessoa física identificada e não identificada, foi feita uma consulta à
143 Fundação ABRINQ que orientou que esses dados fossem inseridos todos como pessoa física, totalizando o
144 valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 54.638,00 (cinquenta e quatro mil e
145 seiscentos e trinta e oito reais) de doações pessoa física identificada, R\$ 60.615,00 (sessenta mil e
146 seiscentos e quinze reais) de depósitos judiciais e R\$ 134.746,00 (cento e trinta e quatro mil e setecentos e
147 quarenta e seis reais) de depósitos não identificados. Continuando a apresentação, o Sr. Cristiano
148 apresenta as funções que constam na plataforma da ABRINQ, a apuração de acordo com o Quadro de
149 Detalhamento de Despesas (QDD) e o que foi de fato liquidado, ou seja, executado, sendo o total estimado
150 da Administração Direta de R\$ 2.491.016.000,00 (dois bilhões quatrocentos e noventa e um milhões e
151 dezesseis mil reais) e o liquidado R\$ 2.418.848.847,00 (dois bilhões, quatrocentos e dezoito milhões,
152 oitocentos e quarenta e oito mil e oitocentos e quarenta e sete reais). Da Fundação Criança, o total
153 estimado foi de R\$ 2.503.926.000,00 (dois bilhões, quinhentos e três mil e novecentos e vinte e seis mil
154 reais) e o liquidado ficou em R\$ 2.435.457.741,000 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e cinco milhões,
155 quatrocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e quarenta e um reais). Essas informações ainda serão
156 lançadas na plataforma da ABRINQ. Neste momento, a Sra. Érica faz um aparte, complementando que, o
157 dado sobre o valor liquidado está menor, pois alguns serviços foram executados pela Secretaria de
158 Assistência Social em meados de 2021. Referente a apuração das funções e subfunções, de acordo com a
159 plataforma, dos valores orçados nas diversas áreas, foi apurado um percentual de 38% (trinta e oito por
160 cento) como “exclusivo” e 62% (sessenta e dois por cento) como “não exclusivo”. Neste momento, é
161 questionado pelo conselheiro Jean, se os dados apresentados são do orçamento em sua totalidade, sendo
162 esclarecido pelo Sr. Cristiano que os dados são apenas das funções e subfunções solicitadas pela
163 plataforma da Fundação ABRINQ, não apresentando o todo do Orçamento Municipal. Dando continuidade,
164 o Sr. Cristiano informa que, do valor liquidado, foi apurado a execução de 40% (quarenta por cento) do
165 classificado como “exclusivo” e 60% (sessenta por cento) do “não exclusivo”. No resumo das apurações do
166 OCA no período compreendido de 2017 até 2021, verificou-se que de 2017 até 2019 do total estimado
167 como “exclusivo”, 81,05% foi liquidado. A partir de 2020, esse percentual subiu para 99% do valor estimado
168 foi liquidado. É questionado pelo conselheiro Jean, qual a proporcionalidade deste dado em relação ao
169 Orçamento Municipal, sendo esclarecido pelo Sr. Cristiano que foi algo em torno de 30,63%, reforçando que

170 se tratam de dados de 2021. O Sr. Cristiano pondera que, considerando o índice de proporcionalidade
171 adotado pela Fundação ABRINQ, configura que houve uma destinação um pouco maior para as ações
172 “exclusivas” para a infância e adolescência. Após a apresentação do Sr. Cristiano, a Sra. Rosângela retoma
173 a palavra para dar prosseguimento nos encaminhamentos a partir da apuração desses dados, porém antes,
174 passa a palavra a conselheira tutelar Lourdes Veronesi que agradece a apresentação dos técnicos,
175 contudo, pondera que, em seu entendimento, não vê como o CMDCA entender a partir dos números
176 apresentados, se de fato se a criança e ao adolescente está contemplado como prioridade absoluta.
177 Complementa que as informações devem ter uma intersecção com o Plano de Ação do CMDCA e a
178 prestação de contas dos atendimentos do Conselho Tutelar, o que não ficou claro. Questiona se os
179 conselheiros de direitos receberam essa apresentação em tempo hábil para apreciar e então deliberar.
180 Continua observando que os números precisam ser traduzidos de modo que todos tenham clareza e
181 questiona se houve um processo participativo na coleta e avaliação desses dados, complementando que,
182 em seu entendimento, 30% (trinta por cento) não contempla o que considera como priorização. Outro ponto
183 que destaca é sobre o orçamento da Fundação Criança, pois a monitoria deve ser feita pelo CMDCA.
184 Propõe a criação de um grupo de trabalho que possa esmiuçar essas informações técnicas para que o
185 Conselho possa cumprir seu papel no controle social, sugerindo inclusive a participação de um
186 representante técnico da Secretaria de Finanças. Novamente reforça que não vê possibilidade do CMDCA
187 aprovar esse assunto sem compreendê-lo de fato. Esclarecendo ao questionamento da conselheira tutelar,
188 a Sra. Rosângela pondera entender pertinente as colocações feitas, porém esses dados, como já
189 mencionado na apresentação feita em reunião anterior, não tem por objetivo a deliberação do CMDCA,
190 apenas para que o Conselho tome ciência do trabalho que está sendo realizado de coleta de dados na
191 plataforma, complementando que a Fundação ABRINQ, após esse período de coleta de informações,
192 sinalizará por meio de um relatório com indicativos do que precisa avançar e quais os objetivos foram
193 atingidos, visto se tratar de dados referente a 2021. Conclui que o relatório sim é importante compartilhar,
194 para servir como indicativo para ações do CMDCA. Complementa que, todas as ações do Programa
195 Prefeito Amigo da Criança, tem o acompanhamento do CMDCA, por meio das representantes indicadas
196 pelo pleno, as conselheiras Simone Souza e Ana Paula Borges, bem como pela coordenadora do CMDCA.
197 Conclui que, embora o assunto tenha convergência com as colocações da conselheira tutelar, trata-se de
198 questões diferentes. Propõe como encaminhamento que, assim que o relatório dos dados referente a 2021
199 estiver disponível, trazê-lo para ciência do pleno. Neste momento, o conselheiro Anderson questiona se,
200 dentro das ações da Educação, é possível codificar se o EJA (Educação de Jovens e Adultos) está
201 contemplado como “exclusivo” ou “não exclusivo” no total apresentado. Como ponderação à Mesa
202 Coordenadora, o conselheiro observa que houve uma sinalização de ausência de dados e a dificuldade em
203 obtê-los, feita pela consultoria contratada para construção do Plano de Ação, e vê que nessa construção,
204 pode ser uma ferramenta que auxiliaria na construção do documento. A Sra. Rosângela sugere, em atenção
205 à ponderação feita pelo conselheiro, que o CMDCA oficie a coordenadora do PPAC, a Sra. Silvia Donnini,
206 para obtenção desses dados para dar subsídio, sendo sua sugestão corroborada pela Sra. Silvia Donnini, a
207 qual reforça a necessidade de o Conselho formalizar sempre que necessário os Órgãos para obtenção de
208 informações. Tomando a palavra, a Sra. Silvia observa que o trabalho ainda está no início e que estamos
209 em um momento reativo, realizando o levantamento de dados pelas equipes técnicas, para então entrarmos
210 na fase propositiva. Pondera que o Município optou por adotar a metodologia da Fundação ABRINQ para a
211 construção do Plano Municipal da Infância, o que já foi apresentado em reunião anterior deste Conselho.

212 Acredita que, desta forma, ficará de melhor compreensão para todos, o que era uma reivindicação
213 recorrente da conselheira tutelar Lourdes Veronesi, sobretudo de compreender essa questão financeira, e
214 pela plataforma da ABRINQ, essas informações ficaram de mais fácil compreensão. Quanto a questão do
215 orçamento, a Sra. Silvia observa que, hoje á noite, terá sessão na Câmara Municipal, sendo de suma
216 importância a participação da Comissão Mista de Orçamento nessas discussões que são públicas.
217 Complementa que o objetivo desses indicativos é de que, as Pastas tenham condições de ter a
218 compreensão do todo, a partir desse esforço técnico para termos um trabalho mais propositivo. São feitas
219 outras colocações pela conselheira tutelar Lourdes Veronesi, apontando a necessidade da compreensão
220 dos dados referente ao orçamento que são apresentados, de forma clara para compreensão daqueles que
221 não são técnicos, reforçando sua colocação de que não vislumbra a priorização da infância e adolescência
222 no orçamento. Neste momento, a Sra. Fabíola Frimaio, representante do Instituto Casa Santa Clara,
223 pesquisadora na área de educação e doutora pela Universidade Metodista, pede a palavra, esclarecendo
224 que os dados apresentados são os solicitados pela metodologia aplicada pela Fundação ABRINQ. O que
225 ocorre é que, com a alimentação da plataforma, os números não traduzem as ações na prática, mas mapeia
226 o que precisa ser feito para que os objetivos da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) sejam
227 percebidos, eles não somente direcionam quais ações são necessárias, mas também apresentam os
228 indicativos. A Sra. Érica agradece a contribuição esclarecedora da Sra. Fabíola, pontuando que, sobre o
229 Orçamento Municipal a discussão está ocorrendo agora e cabe a Comissão Mista de Orçamento fazer com
230 que as demandas do Conselho sejam contempladas. Em resposta ao questionamento do conselheiro
231 Anderson, o Sr. Cristiano informa que, do montante orçado para a Educação, o considerado “exclusivo” pela
232 plataforma corresponde a 96,72% e “não exclusivo” corresponde a 1,31%. Do total liquidado, 97,57%
233 corresponde a ações “exclusivas” e 2,12% a “não exclusivas”. Em complemento a resposta ao conselheiro
234 Anderson, a Sra. Silvia Donnini informa que o EJA entra no montante classificado como “exclusivo”. Antes
235 da apresentação dos encaminhamentos, a conselheira Neide faz uma colocação de que é necessário que
236 se tenha um olhar voltado à Assistência Social, que faz o trabalho na base, fortalecendo vínculos familiares
237 e comunitários. Questiona onde as organizações precisam ir para garantir um orçamento melhor para a
238 área da Assistência Social, complementando que as organizações precisam estar mais nesses espaços de
239 discussão para fortalecer essa reivindicação. Retomando a palavra, a Sra. Rosangela pontua que a
240 Fundação ABRINQ dará observáveis sobre o que precisa melhorar em cada área e o que já houve de
241 evolução, como já citado, ponderando que as colocações feitas neste pleno poderão ser levadas para a
242 Comissão por meio das representantes deste Conselho, para serem contempladas no planejamento das
243 ações futuras. Observa que, como próximo encaminhamento, será a continuidade na elaboração do PMIA,
244 o tratamento das informações desse texto diagnóstico que precisa ser contemplado no Plano, as
245 contribuições da escuta de crianças e adolescentes. Após, será apresentada uma minuta do Plano, com
246 previsão para o primeiro semestre de 2023, a qual será trazida ao pleno deste Conselho, sendo que, após
247 organizado, seguirá a tramitação normal para aprovação da Câmara Municipal, visto esta ser uma exigência
248 da Fundação ABRINQ. Concluindo a apresentação, a Sra. Silvia Donnini pontua que este é um momento
249 importante e, embora isso seja o início de um trabalho de compilação de dados e organização para as
250 ações futuras. Em atenção às colocações da conselheira tutelar Lourdes, sugere que sejam encaminhados
251 os dados nacionais levantados. Neste momento, a conselheira tutelar solicita que também seja enviada
252 apresentação feita nesta plenária, visto que ela traz dados referente ao Município e sua colocação sobre a
253 prioridade era em relação aos dados do orçamento que não estão claras. Após a colocação da Sra.

254 Lourdes, a Sra. Sílvia pontua que, respeita as colocações da conselheira tutelar, contudo os números
255 comprovam, pois quando se vê o percentual ele se refere a prioridade. Observa que solicitará que as
256 informações sejam traduzidas tecnicamente, pois senão essas afirmações ficam levianas. Neste momento a
257 Sra. Lourdes pontua que suas colocações não foram levianas e se baseou nos números apresentados para
258 tal afirmação. Pontua que suas colocações podem não vir de encontro ao que se espera, porém, com base
259 no que foi apresentado, não vislumbra a prioridade dada à infância e adolescência. Com a palavra, os
260 conselheiros Francisco Pizzo e Jonathas questionam sobre quais as prioridades não foram atendidas na
261 concepção da conselheira tutelar, observando que seria importante que a Sra. Lourdes apontasse esse
262 dado para uma contraposição, o que é respondido pela conselheira tutelar que tais informações constam na
263 prestação de contas já encaminhada ao CMDCA. Em contraponto, o Sr. Jonathas pondera que entre a
264 prestação de contas e a realidade dos fatos, há uma lacuna, pois dentro do aspecto e na visão
265 orçamentária, há necessidade de subdividir para verificar todas as ações orçadas e de acordo com os
266 limites orçados, quais foram de fato atendidas ou não, reforçando que é esse direcionamento que o CMDCA
267 precisa vislumbrar. Neste ponto, a Sra. Lourdes observa que isso ficará mais claro a partir da apresentação
268 da prestação de contas do Conselho Tutelar ao pleno. Nesse momento, a Sra. Érica pondera que, como já
269 mencionado, no momento exato para discussão do orçamento para 2021, não houve a apresentação da
270 prestação de contas do Conselho Tutelar, observa que esses dados somente servirão de subsídio de agora
271 em diante. Reforça a necessidade da atuação da Comissão Mista de Orçamento em participar das
272 discussões orçamentárias, pois não é possível falar em prioridade se não há participação nos espaços de
273 discussão. A Sra. Rosângela na sequência, pede licença para encerrar a apresentação, reforçando que
274 tudo isso repertoriará o próximo orçamento. Antes que a Mesa Coordenadora dê prosseguimento à pauta, a
275 Sra. Sílvia pede a palavra, observando que não teve intenção de ofender pessoalmente a conselheira tutelar
276 Lourdes, contudo, corrobora que a sua afirmação tecnicamente é falha. Faz uma retratação pública à
277 conselheira tutelar que se sentiu ofendida, ponderando que em hipótese alguma houve intenção de ofendê-
278 la pessoalmente, ressaltando a participação ativa e a forma como a Sra. Lourdes se posiciona nas plenárias
279 deste Conselho. Complementa que o CMDCA precisa se ajustar tecnicamente pois é muito importante a
280 formação dos conselheiros para participar das discussões, pois o objetivo é sair da celeuma para ação.
281 Reforça que é de suma importância a formação técnica dos conselheiros. Encerrada a apresentação, a Sra.
282 Abgair conclui, aproveitando a fala da Sra. Sílvia que, cabe aos conselheiros se debruçarem sobre os
283 assuntos pertinentes ao CMDCA, complementa que hoje teremos a reunião de finalização do Plano de
284 Ação, cujos encontros ocorreram na última semana e contou com a participação de poucos, sendo sua
285 colocação corroborada pela Sra. Érica, que complementa que cada conselheiro deve se ater ao trabalho
286 das comissões que atua. **4d) Devolutiva da 12ª Conferência Municipal:** A Sra. Abgair informa que esta
287 pauta ficou prejudicada pois não houve tempo hábil para a Comissão Organizadora se reunir para elaborar
288 essa devolutiva, ficando esse ponto de pauta para a reunião de dezembro. Antes de encerrar a reunião, a
289 conselheira tutelar Lourdes informa que o Conselho Tutelar encaminhou um ofício ao CMDCA, solicitando
290 ponto de pauta na reunião de dezembro para apresentação das atribuições dos conselheiros tutelares. Em
291 resposta, a Sra. Érica informa que a Mesa Coordenadora ainda não fechou a pauta de próxima reunião,
292 porém acredita que terá muitos assuntos a discutir, tendo em vista que é a reunião de encerramento,
293 sugerindo que esta apresentação seja feita junto com a prestação de contas do Conselho Tutelar prevista
294 para apresentação em plenária extraordinária em março de 2023. A conselheira tutelar Juliana pondera que,
295 a prestação de contas tomará bastante tempo, e talvez o tempo de uma reunião não seja suficiente para

296 concluir o assunto. A Sra. Abgair complementa que, caso o tempo da plenária não seja suficiente, podemos
297 deliberar ampliar o horário limite da plenária em mais trinta minutos, e caso, ainda assim não contemple,
298 podemos agendar uma nova reunião para conclusão. Ainda sobre o próximo ano, a Sra. Érica informa que o
299 calendário administrativo talvez não seja publicado com tempo para deliberação do calendário para 2023.
300 Desta forma, sugere que já deliberemos sobre a primeira reunião do próximo ano, sendo o calendário
301 deliberado nesta reunião. É verificado pelo conselheiro Fábio que, considerando o feriado de Carnaval, a
302 data para plenária terá que ser no dia 15 de fevereiro. Posto em votação, é aprovada a realização da
303 primeira plenária de 2023 no dia 15 de fevereiro pelos seguintes conselheiros: Tatiana, Francisco, Simone,
304 Érica, Jonathas, Samara, Elen, Neide, Abgair, Anderson, Cibele, Ana Paula, Jean Carlos, Matheus e Ingrid.
305 **5) Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Abgair Maria de Lira Oliveira dá por
306 encerrada a reunião às 11 horas e 30 minutos. A Sra. Adriana Ciqueira Rodrigues, secretária Executiva do
307 CMDCA secretariou a reunião e lavrou Ata, a qual assina juntamente com a Sra. Abgair Maria de Lima
308 Oliveira, coordenadora do CMDCA/SBC e com a Sra. Simone Alves da Silva, segunda secretária do
309 CMDCA/SBC.
310

Ata aprovada